



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais
Diversidades e (Des)Igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

***CAPITAL SOCIAL COMO ESTRATÉGIA DE REDUÇÃO DA POBREZA:
A IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA DE LUTA CONTRA A POBREZA NO
MEIO RURAL EM SANTIAGO – CABO VERDE***

Paulo Ferreira Veríssimo

Assembleia Nacional de Cabo Verde

pauloferreira_15@hotmail.com

paulo.verissimo@parlamento.cv

Introdução

Apesar de Cabo Verde conviver, desde o início da sua colonização, com situações de precariedade social e económica, até os anos 60 do século passado, a intervenção do Estado Colonial em matéria de promoção de políticas de desenvolvimento económico e social era praticamente epidérmica, pontual e superficial.

A partir de 1968, com o acentuar da crise provocada pela generalização dos efeitos económicos e sociais da seca, bem como a mudança nas relações internacionais decorrentes do processo que viria a conduzir à independência das antigas “colónias” inglesas e francesas da África, a par do início da luta armada nas “colónias” portuguesas, o Estado Colonial em Cabo Verde assumiu um carácter eminentemente assistencial.

É assim que, de 1968 a 1974, o Estado aumenta, de forma exponencial, a taxa de emprego público eventual, através da implementação de um amplo programa de obras públicas que faz recurso ao trabalho intensivo, tendo como objectivo prover a população camponesa atingida pela seca de meios de subsistência (Correia e Silva, 2001, p. 30).

Com a independência do País, o Governo extingue o sistema dito de “Apoio” e cria Programas de Emergência e, mais tarde, um programa de trabalhos públicos, organizado no quadro das Frentes de Alta Intensidade de Mão-de-Obra (FAIMO), destinado a ocupar os activos agrícolas desempregados, e não só, devido às secas. Deste modo, as FAIMO passam a constituir uma relevante fonte de emprego e uma das mais



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais
Diversidades e (Des)Igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

importantes redes de segurança social e canal para atingir as camadas mais pobres da população (PNLP, 1997).

No entanto, algumas das suas características conduziram à criação de uma dependência perversa que, a longo termo, se auto-reproduz. Mais importante ainda, o sistema, tal como foi aplicado, não terá, segundo o próprio Governo, criado as esperadas condições para a saída dos trabalhadores da situação que justifica as FAIMO (Idem, 7/8).

A partir dos anos 80 do século XX, o Estado, até então assistencialista e distribucionista, procura conciliar uma orientação desenvolvimentista. Mas, à medida que o montante da Ajuda Pública ao Desenvolvimento foi diminuindo, essas duas orientações tornaram-se antagónicas e a reconversão das FAIMO aparece como uma preocupação política com vista à melhoria da produtividade (Correia e Silva, 2001, p. 35/6).

Porém, as tentativas de reconversão não terão sido bem sucedidas devido, fundamentalmente, ao seu não enquadramento numa política integrada de desenvolvimento económico e de redução da pobreza e das desigualdades sociais, à falta de coordenação das políticas públicas e a dificuldades de financiamento, bem como a permanência das causas de fundo da pobreza e a ausência de soluções, que, em função da conjuntura, têm levado o Governo a alargar a oferta de trabalho público com carácter social (PNLP, 1997, p. 9).

Não obstante aos esforços consentidos pelo Estado colonial e que se expandiram depois da independência, segundo Furtado (2008, p. 18) estudos sobre a pobreza realizados em 1993, assentes no inquérito às receitas e despesas familiares levado a cabo em 1988-89, apontavam que 30% da população cabo-verdiana, na altura, era pobre, e, destes, 14% viviam em extrema pobreza.

Com a Cimeira Mundial sobre o Desenvolvimento Social, realizada em Copenhaga, em 1995, que constituiu um marco determinante para a tomada de consciência global sobre a pobreza que então atingia cerca de um quarto da população mundial, o Governo de Cabo Verde estabeleceu, no Plano Nacional de Desenvolvimento 1997-2000, a redução da pobreza como um dos objectivos



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

primordiais da política do desenvolvimento do País (Secretaria de Estado para a Luta Contra a Pobreza, 1999).

Assumindo as recomendações da referida Cimeira, e no quadro do Plano Nacional de Desenvolvimento 1997-2000, o Governo de Cabo Verde deu início, a partir de 1997, com o apoio de alguns parceiros internacionais, ao processo de elaboração e implementação do Programa Nacional de Luta Contra a Pobreza (PNLP). Em Julho de 2000, no âmbito do PNL P e do acordo de empréstimo assinado entre o Governo de Cabo Verde e o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA), foi iniciado o Programa de Luta Contra a Pobreza no Meio Rural (PLPR), nas ilhas de Santiago (São Miguel e Tarrafal), Fogo, Brava, São Nicolau e Santo Antão.

O PLPR tem como objectivo reduzir a pobreza rural, através do desenvolvimento do capital social da população pobre, assente na mobilização das potencialidades existentes no domínio de iniciativas económicas e sociais a nível das comunidades locais (Furtado, 2007).

A estratégia de redução da pobreza seguida por esse programa, segundo o seu enunciado, assenta-se numa abordagem participativa que se estrutura em torno da ideia de que a melhor forma de lutar contra a pobreza rural é dar aos pobres o poder de decisão quanto à maneira de se precaverem dessa situação. A ideia força é de que os pobres rurais, mobilizando-se, organizando e desenvolvendo as suas competências, constituem os principais actores da luta contra a pobreza (FIDA, 2003, p. 41).

Ao pretender que as populações rurais pobres tomem parte de forma efectiva no processo de tomada de decisões que lhes dizem respeito directamente, o PNL P, com a implementação do PLPR, procura marcar uma viragem nas políticas públicas de combate à pobreza até então seguidas em Cabo Verde, caracterizadas pela tradição assistencial das FAIMO e por um modelo *top-down* de intervenção, em que o Estado ocupa sempre um papel central no processo de concepção, execução e avaliação de políticas públicas.

Nesse contexto, torna-se pertinente analisar as possibilidades e os limites de concretização dessa estratégia de redução da pobreza que considera o capital social das comunidades locais como recurso - especialmente neste momento que o PLPR se



encontra na sua última fase – tarefa que este artigo objectiva realizar a partir da experiência da sua implementação nos municípios de São Miguel e Tarrafal na Ilha de Santiago.

Partindo das diversas concepções de capital social, em particular a formulada por Robert Putnam, e da perspectiva dos beneficiários do PLPR, este artigo analisa, em específico, a participação das comunidades no processo de tomada de decisões e nas actividades desenvolvidas pelas Associações Comunitárias de Desenvolvimento (ACD), o grau de confiança, de coesão e de solidariedade entre as pessoas, bem como a assunção do PLPR e o seu impacto.

Metodologia

A recolha de dados decorreu entre Fevereiro a Maio de 2008 junto de membros de direcção de ACD e chefes de agregados familiares, com base num guião de entrevista semi-estruturado e num questionário previamente elaborados.

Ao todo, foram entrevistados 10 membros de direcção das ACD, sendo cinco em cada um dos referidos municípios. A aplicação do questionário foi feita de forma aleatória a 294 chefes de agregados familiares, sendo 55 no município de São Miguel e 239 no Tarrafal.

A amostra foi definida com base no número de agregados familiares existentes nas localidades em que o trabalho de campo se realizou, conforme dados do Censo 2000, representando cerca de 10% desse número.

No município de São Miguel a recolha de dados decorreu nas localidades de Achada Portinho, Veneza, Monte Pousada, Achada Bolanha e Hortelão. No concelho do Tarrafal foi feita na Vila de Mangui e nas localidades de Chão Bom, Fazenda, Achada Biscainho e Milho Branco.

A participação da comunidade nas decisões e actividades das ACD



A participação em associações constitui, no quadro do PLPR, o mecanismo através do qual as comunidades locais planeiam, executam e avaliam acções de luta contra a pobreza, dentro da perspectiva *bottom up* anunciada por esse programa.

Aliás, segundo Peres (2000, p. 7), as tentativas de aumentar o *stock* de capital social nas comunidades têm-se assentado na criação e no aumento de participação nas instituições horizontais de desenvolvimento comunitário.

A esse respeito, o Relatório da Missão de Pré-Exame Inter-Ciclo de 2007 indica que em S. Miguel e Tarrafal as decisões quanto às acções de luta contra a pobreza, aquando da realização dessa missão, eram tomadas essencialmente pelos membros da ACD, contando, na maioria das ACD, com uma forte participação da comunidade, incluindo não membros dessas associações.

No entanto, nas comunidades abrangidas por este estudo, de acordo com os dados recolhidos com a aplicação do questionário, não se nota essa forte participação da comunidade nas decisões, como nos dá conta o referido relatório.

Com efeito, somente 28,5% dos chefes de agregados familiares inquiridos já participaram nas decisões tomadas pelas associações comunitárias, sendo que mais de metade nunca participou. Facto que, de certa forma, nos permite questionar o papel das Comissões Regionais de Parceiros (CRP), particularmente a sua Unidade Técnica existente em cada ilha e/ou município em que o PLPR intervém, na construção e assunção, nas comunidades de intervenção do PLPR, da abordagem participativa definida por esse programa.

Tabela 1 – Participação nas decisões tomadas pelas ACD

	%
Nunca participou	67,7
Às vezes	18,0
Sempre	10,5
	3,7
TOTAL	100,0



Analisado por afiliação às ACD, constata-se que dos inquiridos que participaram na tomada de decisões apenas 21,7% não eram membros das ACD, verificando-se a tendência para uma maior participação dos membros das ACD na identificação e aprovação das prioridades em termos de acções a serem desenvolvidas pelas ACD, o que traduz o facto de esta ocorrer em assembleias-gerais, onde apenas os membros têm direito ao voto.

Além de não se verificar uma forte participação a nível do processo de tomada de decisão, nota-se também que a percentagem dos inquiridos que tinham uma participação permanente nesse processo era bastante reduzida. Dos inquiridos que participaram das decisões (28,5%), 18% não o fizeram com frequência e 10,5% sempre participaram, o que evidencia a tendência para uma maior participação dos membros das ACD nesse processo.

Aliás, analisado por filiação à associação, os dados mostram que dos inquiridos que eram membros das ACD 73,8% já participaram nas decisões, dos quais 31,8% sempre participaram, e 17% nunca o fizeram. Em relação aos que não eram membros das ACD, apenas 8,9% dos mesmos já participaram de tais decisões, dos quais somente 1,5% sempre participaram.

A análise dos dados por sexo revela, apesar de mais de metade dos inquiridos que eram membros das ACD serem mulheres, que a participação dos inquiridos de ambos os sexos nessas decisões é equitativa, constituindo os homens 50,6% dos que dela tomaram parte. Por outras palavras, a maior adesão das mulheres às ACD não se traduz numa maior presença destas no processo de tomada de decisão.

Aliás, o próprio Relatório da Missão de Pré-Exame Inter-Ciclo de 2007 salienta que não há correspondência entre a adesão das mulheres às ACD e a participação delas nos órgãos de direcção.

Segundo esse documento, não obstante as mulheres representarem cerca de 67% dos membros das ACD que fazem parte da CRP de São Miguel/Tarrafal, apenas 22,8% das mesmas ocupavam o cargo de presidente e 44,4% integravam os outros órgãos directivos.

Entrelaçando os dados deste estudo com os do referido relatório, constata-se que essa maior adesão das mulheres não se tem traduzido numa maior presença destas no



processo de tomada decisão, como também numa maior presença nos órgãos de direcção das ACD ou em situação de paridade relativamente aos homens.

Por outro lado, os dados mostram também que os homens participam com mais frequência do que as mulheres nas decisões. Dos inquiridos que sempre participaram nessas decisões, 67,7% eram do sexo masculino e 32,3% do sexo feminino.

Nota-se, assim, (apesar de as mulheres, enquanto chefes de família, constituírem um dos grupos alvos do PNLP e a maioria dos membros das ACD) que os homens têm uma participação muito mais efectiva nas decisões quanto a identificação e aprovação das acções a serem desenvolvidas pelas ACD, o que reproduz, no fundo, a desigual distribuição de poder entre homens e mulheres que se verifica na nossa sociedade, desde as relações interpessoais até ao nível estatal.

De acordo com Costa (s/d), este facto deve-se ao papel que é atribuído à mulher na sociedade que através das suas instituições, da cultura, das crenças e tradições, do sistema educacional, das leis civis, da divisão sexual e social do trabalho, constrói mulheres e homens como sujeitos bipolares, opostos e assimétricos: masculinos e femininos envolvidos numa relação de domínio e subjugação.

Esta autora destaca igualmente que os problemas ligados à questão do poder têm sido um dos principais entraves aos projectos de desenvolvimento e que estes não se referem exclusivamente à hierarquia funcional ou às esferas de decisão, fazendo parte do quotidiano do trabalho, das relações entre técnicos, entre técnicos e a comunidade, assim como dentro da comunidade. Apesar de se manifestarem explicitamente na aplicabilidade das acções específicas que têm como enfoque questões de género, eles estão presentes em todos os componentes desses projectos.

Com efeito, o desconhecimento/falta de informação sobre a associação e a não pertença à mesma constituem os principais motivos evocados pelos inquiridos para não participarem das decisões.

No entanto, poderão não ser de todo suficientes para potenciar essa participação, revelando-se o sentido de pertença como muito mais importante – principalmente se tivermos em conta que nas Assembleias Gerais das ACD apenas os membros têm direito ao voto, portanto a decisão quanto às acções a serem desenvolvidas pelas ACD nas comunidades - o que podemos verificar no seguinte extracto de entrevista:



“Como não são sócios, acham que talvez não têm grande peso, mas para nós da associação o interesse é o desenvolvimento da comunidade. O desenvolvimento da comunidade não é apenas os sócios, é a comunidade no geral”. (N., Presidente do Conselho Directivo, 2009)

A participação da comunidade nas actividades das ACD

Comparativamente ao processo de tomada de decisão, a participação das pessoas nas actividades realizadas pelas associações é maior, pois 38,6% dos inquiridos já participaram nessas actividades, o que representa um aumento de 10% em relação ao processo decisório.

Tabela 2 – Participação nas actividades das ACD

	%
Participou	38,6
Não Participou	59,7
NR	1,7
TOTAL	100,0

Tal como se verifica a nível da decisão, a participação nas actividades é igualmente equitativa para ambos os sexos, representando os homens 50,5% dos inquiridos que participaram nessas actividades.

Igualmente, a participação dos inquiridos nas actividades é maior quando se trata de membros das ACD, o que denota que nessas comunidades são essencialmente os membros das ACD que definem as acções a serem levadas a cabo, como asseguram a execução das mesmas. Dos inquiridos que participaram nas actividades, 72,1% eram membros da associação e 28,8% não eram, notando-se a nível das actividades uma



maior participação dos inquiridos que não eram membros das associações, comparativamente ao processo decisório.

Contudo, a participação nas actividades das associações está aquém daquilo que o PLPR preconiza, ou seja, que as populações pobres tomem parte, de forma efectiva, no processo de tomada de decisões que directamente lhes dizem respeito, sendo o nível de confiança entre as pessoas e na própria associação, assim como a não assunção do PLPR, razões explicativas para esse facto, como veremos mais à frente.

Paradoxalmente as actividades formativas ou geradoras de rendimento, passíveis de proporcionar maior autonomização e possibilidade de obtenção de renda aos inquiridos, e desta feita a saída efectiva da situação de pobreza, são as que contaram com menor participação destes.

Dos inquiridos que participaram nas actividades desenvolvidas pelas associações, 49% participaram na construção e/ou reabilitação de infra-estruturas sociais, 36,1% na construção e/ou reabilitação de casas, 19,8% em actividades geradoras de rendimento e 17,7% em actividades de capacitação/formação, sendo de realçar que há inquiridos que participaram em mais de uma actividade.

Em relação aos que não participaram das actividades, a impossibilidade/motivos pessoais (29,2%), a falta de confiança na associação (23,6%) e a falta de tempo (23%) constituem os principais motivos, segundo 75,8% dos inquiridos. A restante percentagem distribui-se entre aqueles que não participaram por falta de interesse (11,8%), por considerarem que não traz benefícios (3,4%) e que não responderam a essa questão ou que não participaram por outros motivos (9%).

Neste sentido, podemos afirmar que, a par do grau de representatividade, as razões de ordem pessoal, especificamente o desconhecimento ou falta de informação sobre a associação, a não pertença à mesma e a falta de tempo, aliados a falta de confiança, constituem o principal *handicap* à participação dos inquiridos nas decisões e actividades desenvolvidas pelas ACD.

A confiança entre as pessoas e nas ACD

Cruzando as razões apresentadas pela maioria dos inquiridos para justificarem a não participação nas actividades levadas a cabo pelas associações, com os dados deste



estudo relativamente à confiança, podemos afirmar que o nível de confiança, entre as pessoas e na associação, existente nas comunidades abrangidas por este estudo, não potencia uma participação significativa das mesmas nas ACD.

Como refere Putnam (1996, p. 180) a confiança promove a cooperação. Quanto mais elevado for o nível de confiança numa comunidade, maior a probabilidade de haver cooperação. E a própria cooperação gera a confiança.

Como efeito, apenas 25,5% dos inquiridos confiavam nas pessoas da sua comunidade, sendo que 56,5% nem sempre confiavam e 17,7% nunca confiaram. Portanto, a percentagem dos inquiridos que tinham uma confiança plena nas pessoas da comunidade não é significativa, situando-se abaixo de 1/3, sendo de notar que mais de metade nem sempre confiava.

Tabela 3 – Confiança entre as pessoas

	%
Nunca	17,7
As vezes	56,5
Sempre	25,5
NR	0,3
TOTAL	100,0

Apesar de se constatar uma maior aderência das mulheres às ACD, os homens confiavam mais nas pessoas do que as mulheres. Se, por um lado, a percentagem dos inquiridos do sexo feminino que não confiava nas pessoas da sua comunidade era



superior à do sexo masculino, por outro lado, a percentagem dos inquiridos do sexo masculino que confiava nessas pessoas era superior à do sexo feminino.

Dos inquiridos que não confiavam nas pessoas da sua comunidade, 34,6% eram do sexo masculino e 65,4% eram do sexo feminino. Em contrapartida, dos inquiridos que confiavam sempre ou às vezes nas pessoas da sua comunidade, 52,3% eram do sexo masculino e 47,7% eram do sexo feminino.

Comparando a confiança entre as pessoas e na associação, constata-se uma maior confiança na associação do que nas pessoas, pois 29,9% dos inquiridos confiavam na associação, o que representa um aumento de 4% em relação às pessoas, o que eventualmente poderá dever-se a possibilidade de acesso aos recursos mobilizados que as ACD oferecem.

Contudo, tal como se verifica na confiança entre as pessoas, a confiança na associação não é também significativa, situando-se igualmente à volta de 1/3 dos inquiridos. Essa comparação mostra ainda, à semelhança do que acontece com a confiança entre as pessoas, que mais de metade dos inquiridos nem sempre confiava na associação.

Tabela 4 – Confiança nas ACD

	%
Nunca	16,7
Às vezes	52,4
Sempre	29,9
NR	1,0
TOTAL	100,0



Contrariamente ao que se verifica relativamente à confiança nas pessoas da comunidade, nota-se entre os inquiridos do sexo feminino uma maior confiança na associação, comparativamente aos do sexo masculino, o que explica eventualmente a maior adesão das mulheres às ACD.

Dos inquiridos que não confiavam na associação, 53,1% eram do sexo masculino e 46,9% eram do sexo feminino. Por outro lado, dos inquiridos que confiavam na associação, 51,7% eram do sexo feminino e 48,3% eram do sexo masculino. Em síntese, a percentagem dos inquiridos do sexo masculino que não confiava na associação é superior ao do sexo feminino, verificando-se o inverso no que toca aos inquiridos que tinham essa confiança.

Se considerarmos que o nível de confiança entre as pessoas não é significativo, assim como a participação nas actividades, podemos afirmar que se, por um lado, esse nível de confiança não potencia uma participação significativa nas actividades, por outro lado, o facto de essa participação não se verificar não propicia o reforço das relações de confiança entre as pessoas e nas ACD, dado que os elementos do capital social, como salienta Putnam (1996, p. 186), tendem a ser cumulativos e a se reforçarem mutuamente.

A coesão entre as pessoas da comunidade

Além de potenciar a participação nas ACD, a confiança é também uma das dimensões do capital social que traduz o grau de coesão social de uma comunidade, que tal como ela é igualmente um elemento indutor dessa participação.

Nesse aspecto, os dados revelam que o grau de coesão social dessas comunidades não é significativo, reflectindo desta forma o nível de confiança que se verifica. Em termos percentuais, 10,2% dos inquiridos consideravam que nunca houve união entre as pessoas da sua comunidade, 63,9% consideravam que nem sempre havia união e 25,2% consideravam que sempre houve união.

Deste modo, 74,1% dos inquiridos consideravam que as pessoas das respectivas comunidades não eram unidas ou que nem sempre o eram, sendo a percentagem dos inquiridos que consideravam que essas pessoas eram sempre unidas pouco significativa, situando-se abaixo de 1/3.



Tabela 5 – União entre as pessoas da comunidade

	%
Nunca	10,2
Às vezes	63,9
Sempre	25,2
NR	0,7
TOTAL	100,0

Aliás, este aspecto pode ser também notado pela análise dos dados acerca dos conflitos que têm ocorrido na comunidade. Por outras palavras, tanto a percentagem dos inquiridos que consideravam que sempre houve união, como a dos que consideravam que nunca houve qualquer conflito, é praticamente a mesma.

Com efeito, 25,5% dos inquiridos consideravam que nunca houve qualquer conflito entre as pessoas da comunidade, 62,6% consideravam que nem sempre houve conflitos e 11,2% consideravam que sempre houve.

Portanto, 73,8% dos inquiridos consideravam que sempre houve conflitos ou que os mesmos não eram permanentes, sendo a disputa dos recursos mobilizados pelas ACD uma das razões para a sua emergência, como podemos constatar no extracto das entrevistas que se seguem:

“Acho que é natural, normal. Nem sempre toda a gente concorda com as coisas deste mundo. Mesmo que seja algo de bom de qual ela possa usufruir acaba por discordar. A maior parte trata-se de pessoas que pensam que são mais carenciadas. Apesar de haver pessoas com mais carência e de a comunidade ter feito a sua análise e considerar que estão em segundo ou terceiro lugar, pensam que devem ficar sempre em primeiro. Há sempre pessoas que criam algum conflito na tomada de decisão”. (N., Presidente Conselho Directivo, 2009)

“Uma das razões do conflito tem a ver, às vezes, com a ignorância. Outras vezes tem a ver com o interesse porque muitas pessoas que entram para a associação vêem-na como um lugar de dinheiro, como um lugar de lucro para o investimento, para usufruir,



por isso essa ideia ficou inculcada. Esse espírito sempre é reprovado e ao reprová-lo as pessoas, às vezes, entendem que estão contra e acaba até por criar um clima de desconfiança, de desentendimento”. (Presidente interino, 2009)

Neste sentido, pode-se notar que as ACD constituem também um espaço de disputa pela apropriação dos recursos mobilizados, o que em função da satisfação das expectativas ou das percepções construídas a cerca da possibilidade de sua satisfação, acaba por influenciar a pertença e a confiança na associação, assim como entre as pessoas, facto que eventualmente explica a circunstância de mais de metade dos inquiridos não confiarem nas ACD ou nas pessoas ou ainda a baixa representatividade das ACD nessas comunidades.

Como salienta Portes (2000, p. 135) a pertença às ACD não é um dado natural, sendo antes uma estratégia de investimento orientada para o acesso a outros benefícios, tornando-se as ACD, deste modo, duplamente instrumentalizadas. Se, por um lado, no quadro do PLPR, elas constituem o mecanismo através do qual se procura o desenvolvimento das comunidades, por outro lado, são o instrumento a partir do qual os membros das comunidades procuram ou se apropriam dos recursos mobilizados pelas ACD no âmbito desse programa.

A cooperação entre as pessoas

A cooperação entre as pessoas é também um indicador do capital social de uma comunidade, mas ela é influenciada pelas outras dimensões desse capital já aqui analisadas, particularmente a confiança e a coesão. De certa forma, ela emerge como produto da confiança e da coesão de uma comunidade.

Quanto à cooperação entre as pessoas da comunidade, apenas 23,1% dos inquiridos podiam contar sempre com a ajuda dessas pessoas, sendo que 50,7% não podiam contar sempre com essa ajuda e 25,9% nunca podiam contar com ela.

Assim, a percentagem dos inquiridos que podiam contar sempre com essa ajuda é relativamente baixa, situando em 23,1%, como já fizemos referência, o que é, de certa forma, questionável, atendendo à prática do sistema de entreaajuda, conhecida por “djunta mo”, usual nas comunidades rurais, em que as pessoas se ajudam mutuamente,



particularmente nas actividades agrícolas e de construção de habitação, como forma de economizar os custos de mão-de-obra (Furtado, 2008).

Tabela 6 – Obtenção de ajuda das pessoas da comunidade

	%
Nunca	25,9
Às vezes	50,7
Sempre	23,1
NR	0,3
TOTAL	100,0

Essa ajuda viria, fundamentalmente, das pessoas da família e da própria comunidade, sendo os amigos e vizinhos, aqueles com quem os inquiridos podiam contar menos. Nesse aspecto, há a realçar o facto de 22,7% dos inquiridos poderem contar com a ajuda da própria comunidade, ainda que nem sempre, o que de certa forma é paradoxal uma vez que a comunidade integra amigos e vizinhos.

Não obstante, 73,8% dos inquiridos poderem contar, ainda que nem sempre, com a ajuda das pessoas das respectivas comunidades, cerca de 76% dos mesmos nunca beneficiaram de qualquer actividade de solidariedade social desenvolvida por essas pessoas, facto igualmente questionável atendendo à prática de “djunta mo” a que já fizemos referência.

Com efeito, apenas 22,7% dos inquiridos já beneficiaram dessa actividade, sendo que 3,7% sempre beneficiaram e 19% beneficiaram não de forma contínua. Situação que poderá dever-se também ao facto de o grau de confiança entre essas pessoas não ser significativo, uma vez que para haver cooperação é preciso não só confiar nos outros, mas também acreditar que se goza da confiança dos outros, ou seja, a confiança mútua (Putnam, 1996, p. 174).

A responsabilidade pela redução da pobreza



Como já referimos, a estratégia de redução da pobreza adoptada pelo PLPR, segundo o seu enunciado, assenta-se numa abordagem participativa organizada em torno da ideia de que as comunidades locais, através das ACD, constituem o principal actor na luta contra a pobreza.

Contudo, à época da pesquisa, essa ideia era assumida por apenas 8,1% dos inquiridos. Mais de metade dos mesmos considerava que o Governo e/ou as câmaras municipais constituem os principais responsáveis pela redução da pobreza nas respectivas comunidades, o que também poderá explicar o facto de a participação destes nas decisões e actividades desenvolvidas pelas associações não ser significativa.

Tabela 7 – Responsabilidade pela redução da pobreza

	%
Governo	39,1
Câmara Municipal	23,8
Associação	4,4
Comunidade	8,1
Pessoas que estão nessa situação	3,4
Todos	10,2
Governo e Câmara	4,1
NS/Outros	6,8
TOTAL	100,0

No fundo, os dados revelam que a comunidade, tal como ela é preconizada pelo PLPR, ou seja, que se assume como principal actor na luta contra a pobreza, está ainda por construir. Como refere Silva et. al. (2004, p. 165), este processo, embora o PLPR se encontre na sua terceira e última fase, pelo menos em termos formais, exige, por um lado, a qualificação dos agentes participantes e, por outro, um processo de debate, conflito, negociação e elaboração colectivas, cujas temporalidades e dinâmicas não se conciliam facilmente com a normatividade burocrática do programa.



Enquanto o PLPR, em termos de seu enunciado, assume uma perspectiva *bottom up* da luta contra a pobreza, os inquiridos têm uma visão *top-down* desse processo. Se, por um lado, este facto denota a persistência ainda de uma certa visão paternalista e assistencialista do Estado, na linha do que tem sido o historial das políticas de combate à pobreza em Cabo Verde, por outro lado, poderá ser uma estratégia, não assumida, de assegurar a presença das instituições do Estado, através do emprego público e/ou de outros tipos de programas, para fazer face a receios ou a dificuldades da comunidade em se organizar e se autonomizar em matéria de luta contra a pobreza, agravada pelo facto de essa busca de autonomia não partir da comunidade.

Na verdade, o PLPR assume um carácter contraditório ao impor às ACD e, indirectamente, às comunidades rurais a sua organização em associação como condição para o acesso aos recursos do programa, ao mesmo tempo que assume basear-se na perspectiva *bottom up*, facto que nos permite não só questionar este enunciado, como também afirmar que na prática o PLPR, ainda que procure envolver as comunidades locais no processo de concepção e implementação de acções para o combate à pobreza, acaba por assumir um carácter muito mais *top-down* do que *bottom up*.

Impacto das actividades desenvolvidas pelas ACD na redução da pobreza

Não obstante o facto de os inquiridos não assumirem a ideia de que as comunidades locais constituem o principal actor na luta contra a pobreza e de não se registar um nível elevado dos indicadores de capital social aqui analisados, mais de metade dos mesmos tinham uma percepção positiva quanto ao impacto das actividades desenvolvidas pelas associações.

Realce-se que 36,7% consideravam que essas actividades não tiveram nenhum impacto na redução da pobreza e que 4,1% consideravam que levaram ao aumento da pobreza. Portanto, aproximadamente 60% dos inquiridos consideravam que essas actividades levaram à redução da pobreza.

Com efeito, essa apreciação positiva quanto aos efeitos do programa manifestada por mais de metade dos inquiridos era também partilhada pelos líderes associativos entrevistados que constataam vários benefícios dessas actividades nas respectivas comunidades nos domínios da formação, das actividades geradores de rendimento e da



construção de habitações e outras infra-estruturas sociais, como podemos constatar pelos extractos das entrevistas que se seguem:

“Mudou porque conseguimos alguma formação. Conseguimos também fazer algumas casas para as pessoas aqui da comunidade que não tinham condições para fazer. Acho que deveria ser mais. As pessoas passaram a ter casa. Das pessoas que receberam formação, algumas colocaram em prática e passaram para o auto-emprego. Mesmo as pessoas que não colocaram a formação em prática têm um conhecimento diferente do que antes da formação” (N., Presidente Conselho Directivo, 2009)

“Mudou sim porque havia falta de construção de diques de correcção torrencial e tivemos acesso. Depois foi feito um reservatório de água que não tínhamos. Isto é um grande avanço porque a água é indispensável a nossa vida. Houve melhorias não só na vertente de ganhar dinheiro, mas também houve algum conhecimento científico baseado na formação que ficou na cabeça das pessoas, como havia dito anteriormente, por exemplo na agricultura de regadio, como o tratamento de plantas e o tratamento do ambiente” (A., Presidente Conselho Directivo, 2009).

“Mudou sim. Primeiro, em termos de material, mudamos completamente. Temos pessoas que estão beneficiando de empréstimo, como é o caso das peixeiras que são chefes de família, de dez, vinte e ainda quarenta mil escudos. Então, claro, podes ver que mudou. Para a reparação de botes, aquelas peixeiras fizeram o melhoramento das suas actividades geradoras de rendimento, levantam aqui e pagam aqui mesmo. Já mudou muito. Como ainda temos, damos três, quatro, cinco e paramos para receber porque não temos meios.” (J., Presidente Conselho Directivo, 2009).

Conclusão

Paradoxalmente, ao mesmo tempo que os dados apontam que os elementos essenciais à consecução da estratégia de redução da pobreza seguida pelo PLPR não são significativos no seio dos inquiridos, mostram que mais de metade dos mesmos reconhecem que ela tem contribuído para a redução da pobreza nas respectivas comunidades.

No fundo, os dados mostram que, na perspectiva deles, as actividades levadas a cabo pelas ACD não contribuíram significativamente para o reforço do capital social, apesar de reconhecerem a sua contribuição para a redução da pobreza, o que significa



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

que não podemos estabelecer uma nítida relação entre essa redução da pobreza e o capital social dessas comunidades.

Este facto não só afasta a possibilidade de a abordagem de capital social adoptada nesse estudo explicar, por si só, essa redução da pobreza, como releva a necessidade de se adoptar complementarmente outras abordagens para se poder compreender e dar conta do processo que se verifica nessas comunidades, o que implica também reconstruir este conceito a partir da realidade local, atendendo, particularmente, a prática do “djunta mo”, a que já fizemos referência.

Outrossim, o próprio PLPR acaba por assumir um carácter contraditório, impondo às ACD e, indirectamente, às comunidades rurais a sua organização em associação como condição para o acesso aos recursos do programa, ao mesmo tempo que anuncia basear-se na perspectiva *bottom up*.

A intangibilidade do capital social exigiria uma permanência nas comunidades muito maior do que aquela que tivemos e um recurso, de forma complementar, à técnica da observação, o que nos permitira captar de forma mais aprofundada a dinâmica das relações intra-comunitárias e entre a comunidade e a associação.

Bibliografia

CORREIA e SILVA, António. O nascimento do leviatã crioulo: Esboços de uma Sociologia Política. **Cadernos de Estudos Africanos**, Lisboa, n. 1, Jul-Dez, 2001.

COSTA, Ana Alice. **Género, Poder e Empoderamento das Mulheres**. [disponível em http://www.agende.org.br/docs/File/dados_pesquisas/feminismo/Empoderamento%20-%20Ana%20Alice.pdf, consultado em 8 de Abril de 2010].

FIDA. **Mission Inter Cycles – Raport d’examen de la phase I**. Décembre 2003.

FURTADO, Cláudio (Org.). **Dimensões da Pobreza e da Vulnerabilidade em Cabo Verde: Uma Abordagem Sistémica e Interdisciplinar**, Dakar: Codesria, 2008.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

FURTADO, Cláudio. **Missão de Pré-Exame Inter-Ciclo – Relatório Final**. Praia: PNLN, 2007.

PERES, Fernando. Capital Social: a Nova Estrela do Crescimento Económico. **Revista Preços Agrícolas**, Maio, 2000.

PORTES, Alejandro. Capital Social: origens e aplicações na Sociologia Contemporânea. **Revista Sociologia, Problemas e Práticas**, n.º 33, 2000.

PNLN. **Reconversão das FAIMO na perspectiva de luta contra a pobreza**. 1997.

PUTNAM, Robert. **Comunidade e Democracia – a experiência da Itália Moderna**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1ª Edição, 1996.

SECRETARIA DE ESTADO PARA A LUTA CONTRA A POBREZA. **Programme National de Lutte Contre la Pauvrete – document-cadre**. 1999.

SILVA, Marcelo et al. A participação dos agricultores nas políticas de desenvolvimento rural: uma análise do Pronaf Infra-estrutura e Serviços do Estado do Rio Grande do Sul (1997-2000). In SILVA, Marcelo et al. (Org). **Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural**, Rio Grande do Sul, Editora da UFRGS, 2004.